

Organismo de ética da UE: Proposta da Comissão é «insatisfatória», dizem os eurodeputados

- Propostas apresentadas estão longe da visão original e ambiciosa do Parlamento
- Organismo de ética deve ser capaz de investigar alegadas violações das regras
- Apelo ao Parlamento para que vá mais longe na revisão em curso das suas próprias regras
- Alegações de corrupção e ingerência estrangeira revelam necessidade de as ONG serem mais transparentes

O Parlamento fez um balanço da proposta da Comissão relativa a um organismo de ética independente para as instituições da UE e criticou a sua falta de ambição.

Numa resolução aprovada por 365 votos a favor, 270 contra e 20 abstenções, o Parlamento considera que a proposta para o organismo de ética é «insatisfatória», "ficando aquém de um verdadeiro organismo de ética», conforme foi [pedido pelo Parlamento há dois anos](#).

Pontos controversos

O Parlamento lamenta igualmente que a Comissão tenha proposto apenas cinco peritos independentes para integrar o organismo (um por instituição da UE), limitados à posição de observadores, em vez de um órgão composto por nove peritos independentes em matéria de ética, como o Parlamento já tinha solicitado anteriormente.

Os eurodeputados insistem que o organismo de ética deve ser capaz de investigar alegadas violações das regras éticas e também ter o poder de solicitar documentos administrativos (respeitando a imunidade dos deputados e a liberdade de mandato). Deve ter autoridade para investigar as alegadas violações das regras deontológicas por sua própria iniciativa e para tratar casos individuais se uma instituição participante ou qualquer dos seus membros o solicitarem, sublinham. Os eurodeputados salientam igualmente que o organismo deve poder emitir recomendações de sanções, que serão tornadas públicas juntamente com a decisão tomada pela respetiva instituição ou após um prazo.

Outros pontos fundamentais incluem a necessidade de peritos independentes que tratam de processos individuais trabalharem em conjunto com o membro do órgão que representa a instituição em causa, a capacidade do organismo para receber e avaliar declarações de interesses e ativos e o seu papel de sensibilização e orientação.

Os eurodeputados lamentam também que a proposta não abranja o pessoal das instituições, que já está sujeito a [obrigações comuns](#), e salientam a necessidade de o organismo proteger os denunciantes, em particular os funcionários públicos europeus.

Revisão das regras do Parlamento

Quanto aos esforços do Parlamento no sentido de uma maior transparência, integridade e responsabilização, os eurodeputados sublinham que o Parlamento está atualmente a rever a estrutura com o objetivo de reforçar procedimentos para lidar com as violações das regras (em particular ao Código de Conduta), a fim de melhor definir o seu mecanismo de sanções e de reestruturar a comissão consultiva competente.

Salientam que, nas recentes alegações de corrupção, as organizações não-governamentais (ONG) terão sido utilizadas como veículos de ingerência estrangeira e apelam a uma revisão urgente da regulamentação existente, com o objetivo de tornar as ONG mais transparentes e responsáveis.

Os eurodeputados defendem ainda a necessidade de uma pré-seleção financeira global para que as entidades sejam inscritas no [Registo de Transparência da UE](#), uma análise mais aprofundada aos incidentes de «portas giratórias» que envolvam ONG em termos de conflitos de interesses e que os futuros membros do organismo de ética se abandonem os dossiês relativos ao trabalho de ONG das quais tenham recebido remuneração.

Próximas etapas

O Parlamento participará nas negociações com o Conselho e com a Comissão, tendo a presidente Roberta Metsola a representá-lo, utilizando a sua resolução de 2021 como base para a posição negocial do Parlamento. As negociações deveriam ficar concluídas até ao final de 2023.

Para saber mais

[Texto aprovado \(12/07/2023\)](#)

[Debate em sessão plenária \(13/06/2023\)](#)

[Ficha do processo](#)

[Eurodeputados propõem reformas para proteger as instituições democráticas e a integridade do Parlamento \(01/06/2023\)](#)

[Alegações de corrupção: Eurodeputados defendem mudanças ambiciosas e progressos rápidos \(16/02/2023\)](#)

[Comissão dos Assuntos Constitucionais](#)

[Parlamento apela à criação de um organismo independente de ética da UE \(16/09/2021\)](#)

[Página Web do Parlamento Europeu: grupos de interesses e transparência](#)

[Estudo do Parlamento Europeu: Reforçar a transparência e a integridade através do novo «organismo de ética independente» \(31/10/2020\)](#)

[Centro multimédia do Parlamento Europeu: fotografias, vídeo e material de áudio](#)

Contactos

Kyriakos KLOSIDIS

Press Officer

 (+32) 2 28 32357 (BXL)

 (+33) 3 881 74651 (STR)

 (+32) 470 96 47 35

 kyriakos.klosidis@europarl.europa.eu

 libe-press@europarl.europa.eu

 [@EP_Justice](https://twitter.com/EP_Justice)

Raquel Ramalho LOPES

Assessora de imprensa portuguesa

 (+32) 2 28 34906 (BXL)

 (+32) 477 99 14 95

 raquel.lopez@europarl.europa.eu

 imprensa-PT@europarl.europa.eu
